



Câmara dos Deputados

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012

(Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Requer informações ao Senhor Ministro de Estado das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, acerca das empresas contratadas para execução das obras do Programa Minha Casa Minha Vida.

Senhor Presidente,

Requeiro, com base no artigo 50, § 2º da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado das Cidades Aguinaldo Ribeiro as seguintes informações:

- 1- Em ordem decrescente de valor, relacionar as empresas que foram contratadas ou receberam recursos na forma de subvenção econômica para execução das obras do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV;
- 2- O volume total de recursos destinado ao PMCMV;
- 3- O volume dos recursos por faixa de renda da população beneficiada, destacando a população com renda de um a três salários mínimos;
- 4- O valor total efetivamente pago às empresas contratadas.

JUSTIFICAÇÃO

O Programa Habitacional Popular – Minha Casa Minha Vida tem como objetivo atender as necessidades de habitação da população de baixa renda, garantindo o acesso à moradia. O Programa funciona por meio da concessão de financiamentos, com recursos provenientes do Orçamento da União, aportados ao Fundo de Desenvolvimento Social – FDS.

Segundo matéria publicada no Jornal Valor Econômico, em junho corrente, o Programa Minha Casa, Minha Vida 2 entregou somente 2% das casas para baixa renda:



Câmara dos Deputados

Em vigor desde o início do ano passado, a segunda fase do programa Minha Casa Minha Vida entregou, até a terceira semana de maio, 2% das 191 mil casas contratadas na faixa 1 do programa, que engloba famílias com renda mensal de até R\$ 1.600. Nas faixas 2 e 3, onde não há subsídios diretos do governo para a construção das residências, metade das 490 mil pessoas que assinaram contratos receberam as chaves da nova casa de acordo com dados da Caixa Econômica Federal. A diferença entre os tipos de contrato e a paralisação das contratações na primeira faixa durante nove meses para a revisão de exigências técnicas ajudam a explicar a discrepância.

A segunda fase prevê 2 milhões de moradias, sendo 1,2 milhão para a primeira faixa, 600 mil para a segunda e 200 mil para a terceira. Desse total, 680 mil foram contratadas entre 2011 e maio de 2012.[...]

A maior demanda – o Minha Casa 2 tem previsão de contratação total de 2 milhões de unidades até o fim de 2014 – também aumentou a diferença de tempo entre quem espera uma casa comprada pela faixa 1 em relação às outras duas. Na primeira fase, a entrega ficava entre 12 e 15 meses. Agora, o prazo foi prolongado para 24 meses segundo o diretor da Caixa. “A experiência mostrou que não era possível construir 500, 700 unidades em até 15 meses. Só a burocracia entre assinar o papel e começar a construir consome 90 dias.”

A agilidade nas faixas 2 (renda familiar entre R\$ 1.600 e R\$ 3.100) e 3 (R\$ 3.100 a R\$ 5.000) fez a MRV Engenharia focar seus negócios quase que exclusivamente na segunda faixa. Construtora do Minha Casa com maior volume de operações até o momento, a empresa assinou contratos que somam R\$ 5,8 bilhões de acordo com dados do Ministério das Cidades. Segundo a própria MRV, o programa governamental é responsável por 90% de seus negócios.

O contato direto com o comprador, tendo apenas a Caixa como avaliadora do financiamento e do projeto, sem a necessidade de negociações com outros órgãos do poder público, é um dos motivos que levaram a empresa a focar no segmento dentro do programa. “A rentabilidade na primeira faixa é muito baixa e mesmo assim você só viabiliza um projeto se tiver apoio do município”, afirma o presidente Rubens Menin. Apesar disso, foi justamente o aumento de contrapartidas ao poder público que fez a empresa registrar lucro líquido menor do que o esperado pelo mercado no primeiro trimestre do ano. O aumento de custos também afetou o lucro, que atingiu R\$ 113 milhões de janeiro a março de 2012, contra R\$ 153 milhões em igual período de 2011.

Com tempo médio de entrega entre seis e oito meses a partir da assinatura do contrato nas faixas 2 e 3, a MRV tem como público-alvo a nova “Classe C”, segundo Menin. “A maioria da população hoje no Brasil está na segunda faixa. Uma família composta por uma empregada doméstica e um faxineiro já se enquadra nisso”, diz.

Essa percepção parece acertada. Apesar de as famílias de menor renda serem o alvo de 60% da meta de construção de casas na segunda fase do programa federal, o maior volume de contratação ficou até agora no perfil explorado pela MRV: 433 mil unidades (63% do total contratado), principalmente no Sudeste e no Nordeste, com 235 mil unidades já entregues.[...]

A Emmcamp Residencial, terceira construtora com mais negócios ligados ao programa, atua majoritariamente na primeira faixa. Apesar da rentabilidade menor, a empresa ganha na quantidade de unidades vendidas, que até agora renderam R\$ 1 bilhão em contratos, segundo o ministério. Atualmente, ela está construindo 20 mil unidades, e prevê entregar 30 mil este ano. André Campos, vice-presidente comercial da Emmcamp, reconhece que há maior burocracia, mas afirma que ela acontece só até a aprovação do projeto. A diferença entre as entregas nas faixas se dá no modelo de negócios. “Na primeira fase assina-se quando só tem mato no terreno. Por isso que demora até dois anos.”[...]



Câmara dos Deputados

Como noticiado, a “MRV Engenharia” é considerada a construtora do programa com maior volume de operações que somam contratos homéricos com o governo federal, sendo o programa responsável por 90% de seus negócios.

Sabidamente, ao Congresso Nacional, por meio de suas Casas e de suas comissões, cabe a obrigação de adotar uma postura altaneira no que tange à fiscalização dos atos do Poder Executivo, em virtude de sua missão institucional, conforme previsto no art. 71 da Constituição da República.

Devemos nos deter ainda com mais afinco sobre as transferências financeiras do governo federal a título de subvenção econômica para entidades privadas com fins lucrativos, por se tratar de uma situação excepcional tratada em lei específica, como a Lei nº 11.977/2009, que institui o PMCMV.

Assim, diante do cenário de irregularidades com o dinheiro público que corriqueiramente os veículos de comunicação noticiam e do papel institucional imputado a cada parlamentar, as informações que solicitamos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, de julho de 2012.

Deputado Antonio Carlos Mendes Thame
PSDB/SP